

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Infraestruturas comunitárias de cuidado: uma proposta analítica a partir das cozinhas solidárias nas enchentes no Rio Grande do Sul

Beatriz Schwenck

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17850>

Submetido em: 2026-09-01

Postado em: 2026-09-02 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

INFRAESTRUTURAS COMUNITÁRIAS DE CUIDADO: UMA PROPOSTA ANALÍTICA A PARTIR DAS COZINHAS SOLIDÁRIAS NAS ENCHENTES NO RIO GRANDE DO SUL

BEATRIZ SCHWENCK.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7393-650X>.

<bia.schwenck@gmail.com>

CESSMA/Université de Paris-Cité. São Paulo, SP, Brasil

RESUMO: Este texto propõe o conceito de infraestrutura comunitária de cuidado como categoria analítica que articula estudos do cuidado, reprodução social e ecologia política feminista latinoamericana. Entendemos por infraestruturas comunitárias de cuidado os arranjos sociomateriais coletivos e territorialmente enraizados que, com certa durabilidade e escala, organizam a provisão de cuidado combinando recursos materiais, redes de solidariedade, capacidades organizativas e trabalho reprodutivo. Para avançar nesse debate, mobilizamos como dimensão empírica cozinhas solidárias organizadas por mulheres na Região Metropolitana de Porto Alegre nas grandes enchentes que atingiram o estado do Rio Grande do Sul em 2024, contexto de múltiplas crises onde nem Estado nem mercado proveram condições satisfatórias de reprodução da vida. A pesquisa de caráter qualitativo foi realizada entre dezembro/25 e abril/26. A questão que propomos debater é: em que medida essa categoria permite analisar práticas que são simultaneamente respostas materiais à crise, formas alternativas de organização econômica e espaços de politização das desigualdades de gênero, classe e raça?

Palavras-chave: Cuidado comunitário, cozinhas solidárias, infraestruturas, reprodução social, ecologia política feminista

COMMUNITY CARE INFRASTRUCTURES: AN ANALYTICAL PROPOSAL BASED ON SOLIDARITY KITCHENS DURING THE FLOODS IN RIO GRANDE DO SUL

ABSTRACT: This paper proposes the concept of community care infrastructure as an analytical category that brings together studies of care, social reproduction, and Latin American feminist political ecology. The term “community care infrastructures” refers to collective, territorially rooted sociomaterial arrangements that, with a certain degree of durability and scale, organize the provision of care by combining material resources, solidarity networks, organizational capacities, and reproductive labor. To advance this debate, the empirical focus of this study is on solidarity kitchens organized by women in the Porto Alegre Metropolitan Region during the major floods that struck the state of Rio Grande do Sul in 2024, a context of multiple crises in which neither the state nor the market provided satisfactory conditions for the reproduction of life. The qualitative research was conducted between December 2025 and April 2026. The question for debate is: to what extent does this category allow us to analyze practices that are simultaneously material responses to the crisis, alternative forms of economic organization, and spaces for politicizing inequalities of gender, class, and race?

Keywords: Community care, solidarity kitchens, infrastructure, social reproduction, feminist political ecology

INTRODUÇÃO

As reflexões aqui apresentadas são fruto da pesquisa de pós-doutorado em sociologia “Para além da reparação: cuidado, solidariedade e transformação sócio-ecológica no Rio Grande do Sul”, vinculada ao Centro de estudos em ciências sociais sobre os mundos africanos, americanos e asiáticos (CESSMA) da Universidade de Paris-Cité, que contou com financiamento do programa *Make Our Planet Great Again*. O texto foi elaborado para subsidiar apresentação no SPG “Circuitos do cuidado, reprodução social e economias populares”, reunido no 50º Encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, em outubro de 2026.

A pesquisa em questão teve por objetivo mapear e compreender o papel de iniciativas comunitárias e solidárias na sobrevivência e transformação de territórios atingidos pelas grandes enchentes de 2024. Para isso, envolveu a interlocução com mulheres moradoras da Região Metropolitana de Porto Alegre organizadas em iniciativas de cozinhas solidárias. O trabalho de campo foi realizado entre dezembro/2025 e abril/2026. A partir dessas experiências, proponho mobilizar a categoria de “infraestrutura comunitária de cuidado”, ainda em elaboração.

1. ENCHENTES, MÚLTIPLAS CRISES E O PROTAGONISMO DAS MULHERES NAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS

1.1 O contexto das enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul

No início de maio de 2024, o volume sem precedentes de chuvas no estado do Rio Grande do Sul fez repetir o cenário de inundações, enxurradas e deslizamentos de terra que já haviam atingido o Vale do Taquari no ano anterior, se estendendo para praticamente todo o estado. Na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), o aumento do nível do Guaíba, principal corpo hídrico da região, deixou porções inteiras do território debaixo d’água, em um cenário onde a água subiu e demorou 25, 30, até 35 dias para baixar. Casas, equipamentos públicos, comércios, indústrias, praças, pontes, tudo por dias submerso com aquela água que vinha da chuva e da cabeceira dos rios, misturada com lama, matéria orgânica e esgoto.

“A tragédia vivida pelo Rio Grande do Sul em 2024 não foi um acaso. Por trás das águas que inundaram cidades inteiras, há um modelo agrícola predatório e decisões políticas que desmontaram a proteção ambiental e os direitos das populações atingidas”, lê-se em matéria publicada em junho/2026 no portal do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB, 2026). O relatório Entendendo a construção do risco (2026), publicado pela organização WRI, converge com essa leitura, apontando que as enchentes, embora provocadas por um evento hidrometeorológico extremo, foram produto de um processo histórico de “construção do risco” que envolveu fatores sociais, econômicos e de governança (Ribeiro et al., 2026). Diversas publicações e reportagens apontam as múltiplas dimensões dessa construção social do risco, resultante da combinação do alto volume de chuvas associado ao El Niño, dos padrões de uso do solo, expansão do agronegócio e do monocultivo de soja no estado, de um processo de crescimento e impermeabilização urbano desordenado, a fragilização da legislação ambiental e insuficiências das políticas, estratégias e infraestrutura de prevenção e contenção das cheias (Ribeiro et al., 2025; Marcuzzo, 2023; Brasil de Fato, 2024; G1, 2024).

Dois anos depois das enchentes, revela-se um cenário de múltiplas crises. Uma crise socioambiental, como vimos, cuja relação com o aquecimento global e com decisões de uso do solo (impermeabilização urbana, ocupação de áreas de risco, extensão e tipos de cultivo, ausência de infraestrutura de contenção e drenagem) não pode ser lida como desastre natural neutro, mas como produto de decisões políticas e econômicas provocadas por gatilhos hidrometeorológicos importantes. Uma crise habitacional, marcada por histórico processo de espoliação urbana como registrou Raquel Rolnik sobre o RS (2024) que configura profundas desigualdades de classe, raça e gênero na ocupação das áreas de risco, aprofundada pelas enchentes com o deslocamento de famílias para moradias temporárias ou definitivas fora de seus territórios de origem, muitas vezes precárias e distantes. Uma crise do cuidado, como aponta Nadya Araújo Guimarães (2024) é uma crise de longa data marcada por significativos “déficits de cuidado” historicamente persistentes no Brasil e na América Latina, ancorada em relações sociais desiguais, na ausência de uma estrutura significativa estatal que dê conta de suprir os cuidados e em um processo de mercantilização frágil e predatório. A essas crises somam-se os impactos ainda relevantes da crise sanitária sofrida a partir de 2020 com a pandemia de covid-19; e um importante contexto de instabilidade econômica e política que marca o Brasil assim como o estado do Rio Grande do Sul nos últimos 15 anos.

1.2 As cozinhas solidárias e os Grupos de Atingidos organizados na RMPA

Nesse contexto de múltiplas crises, ficam evidentes as necessidades e também as transformações nas formas de organização social do cuidado. Como aponta Nadya Araújo Guimarães (2024), “a crise deve ser pensada como um catalisador de novos enlaces entre práticas de cuidado, o que nos obriga a capturar os diferentes circuitos de cuidado em sua dinâmica”. Com dimensão empírica da pesquisa, partimos de duas experiências protagonizadas por mulheres atingidas pelas enchentes moradoras da Região Metropolitana de Porto Alegre que se mobilizaram em torno da provisão das demandas de cuidado que foram aprofundadas e escancaradas pelas grandes enchentes.

A primeira delas é a cozinha solidária Periferia Feminista. Organizada por cerca de 30 mulheres, em sua maioria negras, surgiu em 2019 a partir de mobilizações contra a falta d’água no Morro da Cruz e se consolidou durante a pandemia, transformando um terreno usado para descarte de lixo em uma horta comunitária e usando deste espaço como um local para distribuição de cestas básicas, máscaras e itens de higiene pessoal. Durante as enchentes de 2024, o coletivo reorientou sua atuação, e passou a produzir marmitas para famílias do Morro da Cruz que acolhiam pessoas deslocadas pelas águas, chegando a distribuir mais de 1.000 refeições por dia. A mobilização de recursos por meio da parceria com movimentos sociais e organizações não governamentais permitiu ampliar a infraestrutura física, adquirir equipamentos e alimentos. Dois anos depois, a cozinha permanece ativa, distribuindo hoje de 200 a 300 refeições por dia, e mantém também uma horta e uma padaria comunitárias, um brechó, oficinas de costura e bordado, além de ações sociais voltadas para as próprias integrantes e para as famílias moradoras do entorno.

A segunda experiência empírica liga-se ao trabalho desenvolvido por mulheres integrantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). O MAB é um movimento formado por homens e mulheres, e já era organizado em Porto Alegre por famílias moradoras da Lomba do Sabão que sofrem os impactos de uma barragem na região. Com as enchentes, rapidamente o coletivo do MAB de Porto Alegre, sobretudo na força da atuação das mulheres, mobilizou-se para organizar duas cozinhas solidárias, uma na região da Azenha (centro de Porto Alegre) e uma no município de Canoas, junto com outros movimentos sociais e sindicais. As cozinhas solidárias atuaram por seis meses, entre maio e outubro de 2024. Produziam-se centenas de refeições por dia que eram distribuídas nos abrigos e,

depois que a água baixou, nos territórios atingidos durante o longo e intenso processo de limpeza e reconstrução das casas.

Com o encerramento das cozinhas solidárias, as mulheres do MAB passaram a fomentar a criação de Grupos de Atingidos nos territórios onde criaram relações a partir da distribuição das marmitas. Desde as enchentes no RS, o MAB nacionalmente passou a incorporar na sua agenda política também a luta das pessoas atingidas por eventos extremos da crise climática, não apenas no sul como em outros territórios, a exemplo das famílias atingidas pelas severas secas na região amazônica. Os Grupos de Atingidos são a principal estratégia organizativa do MAB na RMPA e hoje o movimento é formado principalmente por mulheres, a maioria organizada depois das enchentes. Nos Grupos, além da elaboração política da violação de direitos sofrida pela população atingida, permanece a distribuição de cestas básicas, adquiridas junto à Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), entre outras ações como oficinas de bordados.

Com a Periferia Feminista, foram realizadas quatro oficinas de pesquisa-ação, envolvendo a construção coletiva de uma linha do tempo e uma cartografia das redes de cuidado do Morro da Cruz, uma oficina sobre corpo-território e uma sobre economia solidária. Com o MAB, foram realizados grupos focais com a coordenação estadual e com Grupos de Atingidos, além de observação participante em territórios e eventos do movimento. As duas experiências empíricas, uma delas que permanece hoje operando como uma cozinha solidária e a outra cuja atuação foi transformada em Grupos de Atingidos, são iniciativas que não atuam somente com atividades de preparo ou distribuição de alimentos, e sim como dispositivos que condensam múltiplas funções: a provisão alimentar; a organização coletiva; a geração de renda; a criação de espaços de cuidado e convivência; a formação política; além da incidência e controle social de políticas públicas.

2. ECOLOGIA POLÍTICA FEMINISTA, CUIDADO COMUNITÁRIO E INFRAESTRUTURA: UMA ANCORAGEM TEÓRICA LATINO-AMERICANA

Com uma perspectiva analítica latinoamericana, assumo a necessidade de buscar por abordagens e instrumentos de análise que permitam compreender e capturar práticas situadas no Sul Global. Organizo esse debate a partir de três movimentos: o diálogo com o campo da ecologia política feminista latinoamericana e a produção dos comuns; o diálogo com autoras do campo dos estudos do

cuidado e, dentro dele, do cuidado comunitário; e o diálogo com antropólogas que pensam e mobilizam a categoria de “infraestrutura” como ferramenta de investigação sobre o mundo social.

2.1 Ecologia política feminista latinoamericana e a construção dos comuns

Se os diferentes grupos sociais estão expostos e sofrem de forma desigual os impactos dos dilemas ambientais, essa distribuição não pode ser atribuída a condições naturais, determinações geográficas ou contingências históricas (Acselrad, Mello e Bezerra, 2009). Ao evidenciar como essas desigualdades são produzidas por relações de poder, atravessadas por questões de gênero, raça, classe e território, o campo da Ecologia Política Feminista (EPF) Latinoamericana permite aprofundar a compreensão das relações entre exploração da natureza, reprodução da vida e produção de desigualdades socioambientais.

Arriagada Oyarzún e Zambra Álvarez (2019) recuperam a ecologia política latino-americana como um campo que reconhece que a “natureza” é um campo de disputa e apropriação, aprofundando uma leitura crítica e interseccional da interseção gênero-meio ambiente. A emergência de lideranças e coletivos de mulheres que desvelam e buscam enfrentar ou criar soluções às crises socioambientais interpelam a rearticular leituras sobre as posições e dinâmicas de poder em diferentes escalas. O campo da EPF latinoamericana nos lembra que as ações comunitárias e territoriais observadas na RMPA não são casos isolados, mas fazem parte de um repertório amplo de ação coletiva que atravessa distintos e complexos contextos de crise socioambiental presentes por toda a América Latina.

É justamente esse repertório, a continuidade com os feminismos comunitários latino-americanos, atualizada pela crítica aos modelos extrativistas e sua relação com capitalismo e patriarcado, que Maristella Svampa (2019) chama “giro ecoterritorial”: uma gramática política marcada pelo protagonismo crescente de comunidades tradicionais e das mulheres. Esse giro aparece como uma contraposição ao neoextrativismo, modelo de acumulação consolidado na região nas últimas 3 décadas, baseado na exportação em larga escala de matérias-primas (como a soja no RS). Svampa traz contribuições relevantes ao iluminar as relações patriarcais desse processo e ressalta a importância de uma política de resposta baseada em protagonismo popular e territorial.

“A própria sensação de que estamos vivendo à beira de um vulcão torna ainda mais crucial reconhecer que, em meio a tanta destruição, outro mundo vem despontando, como grama nas fendas do asfalto urbano, desafiando a hegemonia do capital e do

Estado, afirmando nossa interdependência e nossa capacidade de cooperação” (Federici, 2022: s/n)

Facilmente a metáfora do vulcão poderia ser substituída por uma enxurrada de lama e o trecho de Silvia Federici, retirado da introdução do livro *Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns* (2022), pareceria ser perfeitamente adequado para pensar a realidade das cozinhas solidárias e do trabalho de cuidado comunitário empregado pelas mulheres organizadas na Região Metropolitana de Porto Alegre. A proposta da autora de refletir sobre a construção dos *comuns* nos dias atuais aporta uma contribuição significativa à medida que permite conceber experiências concretas que já estão sendo organizadas em diferentes contextos de múltiplas crises não apenas como estratégias de resistência a esse modelo neoextrativista, mas também como sementes de outras formas de organizar produção e reprodução social e de elaborar horizontes políticos de transformação de um mundo não capitalista.

Os comuns podem ser compreendidos como formas de organização da reprodução social fora das lógicas estatais e mercantis: demandas vindas da base popular para a criação de novas formas de sociabilidade e abastecimento sob controle comunal e organizada pelo princípio da cooperação social. São, portanto, respostas concretas do tempo presente (como bancos de tempo, hortas urbanas ou, por que não?, cozinhas solidárias) que aportam não apenas soluções concretas em termos de suprimento das necessidades como também constroem uma perspectiva embrionária de transformação econômica, social, cultural e política que coloca a reprodução social no centro, permitindo romper o isolamento em que historicamente se realizam as atividades reprodutivas.

2.2 O trabalho de cuidado comunitário

Um ponto de partida conceitual fundamental é a compreensão do cuidado como trabalho. Diversas autoras do campo da economia feminista e dos estudos do cuidado avançam nessa compreensão, mostrando que o cuidado é uma categoria que comporta uma série de atividades e ocupações de caráter material, técnico e emocional, orientadas para a produção de condições para a reprodução e sustentabilidade da vida. Partir do cuidado como trabalho permite reconhecer a maneira como histórica, cultural, política e economicamente as tarefas de reprodução da vida permaneceram sob um véu de invisibilidade, pois confinadas a uma suposta esfera privada, sob responsabilidade primordialmente das mulheres, em particular mulheres negras e, desde uma perspectiva global, mulheres migrantes (Hirata, 2021). Como aponta Karina Batthyany, o cuidado como marco conceitual

é relevante para compreender os pressupostos sobre o papel que desempenham as famílias e as mulheres na promoção de políticas sociais (Batthyány, 2015).

Embora o cuidado seja uma demanda de todas as pessoas, as formas de provisão, as necessidades e a valoração dessa atividade são sempre contextuais, e ficam particularmente transformadas em contextos de múltiplas crises como as enchentes. Essas diferentes formas de organização social do cuidado costumam apresentar quatro atores implicados na sua provisão: a família, o Estado, o mercado e a comunidade (Razavi, 2007).

O contexto das enchentes no Rio Grande do Sul nos provoca a buscar onde, como e por quem foram ofertadas as soluções para as necessidades de cuidado, que naquele momento inevitavelmente foram aprofundadas, intensificadas e complexificadas. Um paralelo particularmente útil são os estudos sobre as dinâmicas de cuidado observadas durante a pandemia de covid-19, que apontaram para a relevância do cuidado exercido de forma coletiva no âmbito comunitário. Neste contexto, emergem estudos sobre o cuidado comunitário com definições e caracterizações que o diferenciam daquele exercido no âmbito familiar e por dinâmicas estatais ou mediadas pelo mercado, e que contribuem para análise das práticas observadas na dimensão empírica desta pesquisa.

Marisa Fournier (2022) define o trabalho de cuidado comunitário como a forma que organizações sociais de base territorial encontraram para atender necessidades de cuidado em bairros populares, complementando a oferta insuficiente do Estado. A autora chama atenção para a heterogeneidade das organizações comunitárias (tamanho, lógica operativa, grau de autonomia) e para dois traços recorrentes: autogestão (autonomia sobre recursos e decisões) e compromisso social (solidariedade, militância, forma de vida compartilhada). Fraga (2022) caracteriza o cuidado comunitário por sua organização para além dos domicílios, por coletivos territorialmente enraizados, articulados em redes políticas e assentados em lógicas de reciprocidade mais que de remuneração, destacando seu caráter dinâmico e sua capacidade de redistribuir responsabilidades de cuidado. EleonorFaur (2024) identifica seis características recorrentes do cuidado comunitário na Argentina, entre elas a forte feminização, a ausência de marco legal estável, a dependência de recursos estatais e o não reconhecimento das provedoras como trabalhadoras. Lina Penati Ferreira (2025), em sua tese de doutorado sobre campanhas solidárias organizadas durante a pandemia de covid-19 no Brasil, também olha para a dimensão comunitária do cuidado, discutindo como circuitos de solidariedade ganham dinamismo especificamente em períodos de crise, e mostra como nesses contextos destacam-

se dinâmicas coletivas de organização social do cuidado fortemente associadas à atuação de redes associativas, responsáveis por construir e fortalecer o senso de proteção e reconhecimento.

2.3 Infraestruturas como categorias de análise do mundo social

“As infraestruturas são redes construídas que facilitam o fluxo de mercadorias, pessoas ou ideias e permitem sua troca no espaço. Como formas físicas, elas moldam a natureza de uma rede, a velocidade e a direção de seu movimento, suas temporalidades e sua vulnerabilidade a falhas. Elas constituem a arquitetura da circulação, servindo literalmente de alicerce para as sociedades modernas, e criam o ambiente em que se desenrola a vida cotidiana.” (Larkin, 2013: 328)

Essa definição inicial das infraestruturas abre o artigo de Brian Larkin intitulado *The Politics and Poetics of Infrastructure* (2013). Indagando sobre o potencial da antropologia em mergulhar no estudos sobre e em infraestruturas, o autor perpassa o debate sobre a tecnopolítica e argumenta que as infraestruturas também são formadas por dimensões políticas, estéticas e semióticas; mobilizando promessas, desejos e disputas de poder. De fato, o texto seminal de Susan Leigh Star (1999) abria o caminho para compreender as infraestruturas não como estruturas físicas dadas, mas na sua dimensão relacional em práticas organizadas específicas.

AbdouMaliq Simone (2004), a partir da realidade de Joanesburgo na África do Sul, também propõe expandir a compreensão das infraestruturas para além da sua dimensão material, reconhecendo as pessoas e suas atividades cotidianas como tal. Em cidades do Sul Global onde a infraestrutura técnica estatal é ausente, incompleta ou precária, as próprias pessoas e suas redes de relações sociais passam a funcionar como infraestrutura, estabelecendo uma relação complexa entre objetos, espaços, pessoas e práticas que permitem prover as condições necessárias para a reprodução da vida nas cidades.

Essas leituras se complementam com a análise de Oona Morrow e Brenda Parker (2020) sobre iniciativas que compõem a lógica de funcionamento das cidades. Recuperando argumentos de Dolores Hayden na publicação do início dos anos 1980 sobre *A grande revolução doméstica*, as autoras propõem pensar a lógica doméstica para além do domicílio, a cidade como extensão do lar, e discutem especificamente as cozinhas comunitárias como exemplo de infraestrutura coletiva de reprodução social. Nesta perspectiva, elas propõem compreender as revoluções domésticas como fenômenos simultaneamente materiais, simbólicos e imaginários, constantemente criados e recriados por meio dos trabalhos de reprodução social, ocorrendo em múltiplas escalas geográficas. Apontam, também,

uma tensão na análise dessas experiências: ao mesmo tempo em que publicizam um trabalho antes invisibilizado, correm o risco de reproduzir a ideia de que mulheres pobres são um recurso infinito de tempo e energia para sustentar a vida alheia. Para isso, reforçam a importância da consolidação de infraestruturas que contribuam com o compartilhamento da reprodução social e do cuidado; o que incluirá transformações radicais do papel do Estado e da construção espacial das cidades que levem em conta as relações desiguais de trabalho de cuidado.

Anaïs Roig (2020), ao olhar para bairros populares de Buenos Aires, Argentina, durante a pandemia de covid-19, identificou o papel fundamental assumido por organizações sociais e pela comunidade na organização da vida cotidiana e na provisão de respostas a problemas complexos e heterogêneos, dentre os quais a (falta de) alimentação ocupou um lugar central, como também observamos no contexto das enchentes. Para dar conta da realidade observada, a autora mobiliza a categoria de “infraestrutura territorial de cuidados” como ferramenta analítica que permite compreender uma complexa rede organizacional material, simbólica e afetiva de apoio e cuidados às famílias, atuando como mediação entre o Estado e a comunidade do bairro e inevitavelmente envolvendo relações de poder. Ela propõe compreender essas infraestruturas territoriais de cuidado a partir de três dimensões: (i) as mediações organizadas com o Estado e outras organizações territoriais, para o qual destaca o valor político-organizador; (ii) os vínculos sociais sustentados pelo cuidado, ao qual ela identifica como valor de contenção; e (iii) a dimensão da saúde, do autocuidado e da assistência direta aos idosos, ao qual ela identifica como valor de saúde comunitária.

As contribuições deste artigo de Anaïs Roig são particularmente relevantes ao evidenciar a trama de organização comunitária assentada no trabalho de cuidado e a forma como operam a partir de laços de cooperação entre pessoas, organizações, instituições e o próprio Estado, conectando conhecimentos, normas, regras e significados compartilhados. Ela mostra também a fragilidade e os limites dessas redes, ao reforçar a necessidade de promover e potencializar o processo de institucionalização dos diversos espaços de cuidado, dotando-os de maiores recursos e percursos de profissionalização, garantindo direitos e proteções sociais às pessoas envolvidas, desenvolvendo mecanismos de regularização e dedicando especial atenção às necessidades específicas de pessoas idosas, que bem podem ser estendidas também para outras sortes de necessidades especiais como pessoas com deficiência, doenças crônicas ou crianças.

A proposta deste texto é aproximar os três debates apresentados nesta seção. A Ecologia Política Feminista latinoamericana nos oferece uma chave para compreender a natureza como um campo de disputa, assentado no neoextrativismo como o motor regional, com profundas marcas desiguais observadas desde uma perspectiva interseccional nas dimensões de gênero, classe, raça. Ela nos instiga a olhar para diferentes escalas, desde a perspectiva da construção íntima e cotidiana, para o qual a concepção dos comuns parece particularmente relevante pois permite compreendê-las como horizonte de resposta concreta e política construída desde os territórios atingidos por camadas complexas de injustiças sociais, políticas, econômicas e ambientais. O debate sobre o cuidado comunitário traz sua contribuição ao elaborar, em termos de trabalho, as lógicas cotidianas e organizativas de como se sustenta essa resposta. Avançamos na compreensão das tarefas de reprodução social também um campo de disputa desde uma leitura feminista, latinoamericana e interseccional.

A crise socioambiental e a crise da reprodução social não são fenômenos distintos, e as estratégias territoriais para enfrentá-las e superá-las tampouco. Essas múltiplas crises são parte do mesmo processo, e as estratégias de construção coletiva do cuidado comunitário são também dispositivos de elaboração da justiça ambiental nos territórios. O debate sobre as infraestruturas em sua dimensão relacional e subjetiva contribui para nomear e visibilizar as experiências cotidianas das mulheres nos territórios atingidos pelas enchentes, possibilitando análises que buscar refletir sobre a durabilidade, escala e disputas políticas de mediação travadas com o Estado, sobretudo em um contexto onde o debate sobre a “reconstrução” do Rio Grande do Sul é fortemente disputado em termos de “investimento em infraestrutura”.

3. INFRAESTRUTURAS COMUNITÁRIAS DE CUIDADO: UMA PROPOSTA ANALÍTICA

Argumentamos neste texto que as mudanças nos usos do solo, a emissão de gases de efeito estufa que desorganiza o regime pluviométrico, os processos desordenados de crescimento e impermeabilização urbana que agravaram as enchentes, a gestão precária de populações em territórios vulneráveis e a sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidado sobre as mulheres podem ser lidos como processos complementares de um modelo de desenvolvimento capitalista neoextrativista, que é profundamente marcado por lógicas patriarcais, racistas e coloniais. A “crise climática” não é neutra em termos de

gênero, raça e classe; ela intensifica desigualdades já existentes na divisão social e sexual do trabalho de reprodução da vida e, ao mesmo tempo, é produzida por um regime de acumulação que já vinha se apropriando de bens comuns, entendidos em sua dimensão material e ecológica bem como nas atividades de reprodução social executada pelas mulheres.

Não parece apropriado compreender as atividades desenvolvidas pelas mulheres nas cozinhas solidárias e nos Grupos de Atingidos como resposta emergencial a um desastre natural, nem apenas como experiências de cuidado comunitário em contexto crise. Faz-se necessária uma ferramenta de análise que permita reconhecer, compreender e aprofundar os debates que nelas se encontram: a ecologia política feminista latinoamericana e as formas de construção da justiça socioambiental, em especial na dimensão coletiva e comunitária; o debate sobre cuidado e sobre a reprodução social como base material do sistema econômico e como campo de disputa política e de transformação das cidades.

Defino as infraestruturas comunitárias de cuidado como arranjos sociomateriais coletivos e territorialmente enraizados que, com certa durabilidade e escala, organizam a provisão de cuidado necessário para a sustentabilidade da vida, combinando recursos materiais, redes de solidariedade, capacidades organizativas e trabalho reprodutivo. Ao fazê-lo, respondem simultaneamente a uma necessidade imediata de sobrevivência e a uma disputa mais ampla sobre quem arca e quem deveria arcar com os custos da reprodução da vida, denunciando e questionando o regime de acumulação que desapropria as bases materiais dessa mesma reprodução e pavimentando as bases subjetivas para a criação de novos arranjos econômicos, políticos e sociais baseados na justiça ambiental, na cooperação e na solidariedade. Essas infraestruturas combinam uma dimensão material com redes de solidariedade e capacidades organizativas preexistentes e atuam na promoção de novas (dimensão relacional), mobilizando também o trabalho de incidência política e disputa por reconhecimento (dimensão política) e a elaboração simbólica da experiência vivida, nutrindo o imaginário para a construção de outros mundos possíveis (dimensão imaginária).

A partir da mobilização desta categoria, espera-se avançar numa disputa fundamental do ponto de vista da elaboração de teorias e ferramentas de pesquisa e transformação feministas: dar visibilidade ao trabalho fundamental executado pelas mulheres na garantia de condições para a sustentabilidade da vida nos territórios profundamente marcados por injustiças de gênero e socioambientais. Nomeando o que normalmente não é reconhecido como tal, podemos avançar também nas lacunas

sobre as práticas de trabalho comunitário, identificadas por Eleonor Faur, sobre a não classificação dessas mulheres como "trabalhadoras".

Que as práticas de cuidado executados pelas mulheres secularmente são responsáveis pela reprodução da vida, isso já vem sendo afirmado e provado pelos campos de estudos da economia feminista, dos cuidados, de gênero, sem terreno para o questionamento, em que se pese a dificuldade de reconhecê-lo quando se lança mão de uma leitura androcêntrica da realidade. Todavia, nomear essas práticas como infraestruturas pode permitir um exame mais detalhado sobre as densas, complexas e dinâmicas redes sociomateriais, logísticas e políticas que as sustentam, contribuindo também para mostrar o imbricamento absolutamente inseparável daquilo que por vezes é considerado “privado” ou “público”. Um ganho que podemos ter com essa categoria é fomentar o debate sobre quando as práticas de cuidado comunitário podem ser consideradas infraestruturas, colocando luz sobre as dinâmicas de durabilidade, escala e transformação dessas práticas ao longo de diferentes contextos sociais, econômicos, políticos e ambientais.

3.1 As cozinhas solidárias como infraestruturas comunitárias de cuidado

Vale a pena sistematizar alguns elementos sobre as experiências de mulheres organizadas na RMPA em quatro dimensões particularmente relevantes para compreender suas cozinhas solidárias como infraestruturas comunitárias de cuidado.

Há uma primeira e mais evidente dimensão que é material. Nos grupos de mulheres organizadas, circulam recursos materiais relativos à infraestrutura física, logística, especialmente de alimentos, insumos e refeições. No caso da Periferia Feminista, os alimentos são principalmente garantidos pelo PAA e passam por uma cozinha “guarda chuva” que recebe e os redistribui entre outras cozinhas solidárias da cidade. Também foram observadas doações vindas de movimentos sociais (principalmente o MST) e de empresas privadas. A esses recursos, soma-se o dinheiro arrecadado nas vendas de brechó e na padaria comunitária, que por vezes é usado para complementar as compras de alimentos e insumos (como óleo ou temperos), ou para pagar as contas de água e energia elétrica da cozinha. Há ainda os recursos mobilizados e captados em parceria com organizações e entidades que permitem investir na infraestrutura material do espaço (mesas, cadeiras, panelas, etc) e na qualificação técnica e política das integrantes do grupo. A parceria com o MAB vem sendo construída para a instalação de placas fotovoltaicas na cozinha, que contribuirão com a redução

das altas contas de energia elétrica. Os recursos angariados por todas essas fontes são responsáveis pela manutenção da atividade do grupo mesmo 2 anos depois das enchentes. Os alimentos e demais projetos realizados na Periferia Feminista são direcionados, sumariamente, para as famílias moradoras da comunidade do Morro da Cruz. Ainda que as cozinhas organizadas pelo MAB estejam atualmente fora de operação, a atuação do movimento garante a continuidade de circulação alimentos, agora em forma de cesta básica; além das doações de roupas, móveis, colchões, eletrodomésticos, que foram e são até hoje fundamentais para a reconstrução das famílias que perderam tudo nas enchentes.

A segunda dimensão é relacional. As experiências das cozinhas solidárias revelam densas redes de cooperação, reciprocidade e solidariedade, incluindo uma multiplicidade de pessoas, atores, movimentos sociais, organizações privadas e da sociedade civil locais, nacionais e internacionais. Na Periferia Feminista, as densas redes de relação, cooperação e reciprocidade são fundamentais para a garantia material da existência do coletivo, da manutenção da sua sede e da captação de recursos e alimentos que permitem a continuidade do preparo e distribuição das marmitas. Nesta experiência há também a atuação central da Marcha Mundial das Mulheres, movimento feminista, na mobilização de recursos materiais e políticos e na mediação das redes de relação que sustentam o projeto.

No MAB, quando falamos da atuação nas cozinhas solidárias que operaram nos seis primeiros meses após as enchentes, igualmente se destaca uma densa rede de relações de cooperação e solidariedade que envolveu, principalmente, outros movimentos sociais como a própria Marcha Mundial de Mulheres, o MST e sindicatos como o Sindipetro. Esses movimentos garantiram a cessão do espaço onde operaram as cozinhas, doações de alimentos e dos recursos necessários para a distribuição, além de recursos humanos que vieram de outras regiões do Rio Grande do Sul e até de outros estados do Brasil atuar no preparo e distribuição de refeições. A distribuição das marmitas para as pessoas que ficaram desabrigadas e também no momento de limpeza e reconstrução dos territórios atingidos foi fundamental para o estabelecimento de novos vínculos, que hoje se traduzem nos Grupos de Atingidos, organizados territorialmente por toda a Região Metropolitana de Porto Alegre.

Nos dois casos, destaca-se o fato de que as redes que preexistiam à enchente provaram-se condição de possibilidade da resposta coletiva à crise, ao mesmo tempo em que a atuação dessas redes organizadas, buscando suprir as demandas de cuidado atualizadas com a enchente, também permitiram a criação de outras relações, o que fica evidente no caso do MAB com a criação de dezenas de novos Grupos de Atingidos.

A terceira dimensão observada é política. As interlocutoras desta pesquisa mostram a importância da organização coletiva territorialmente ancorada para o processo de formação de sujeitos coletivos, para a capacidade de incidência política e na politização das desigualdades, não apenas as de gênero, classe e raça como também disputando os modelos de desenvolvimento e de promoção de justiça socioambiental a partir da denúncia sobre o racismo ambiental e as violações de direitos sistematicamente enfrentadas pelas populações das regiões vulnerabilizadas da RMPA.

A ocupação de cadeiras no Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional por uma integrante do Periferia Feminista e a elaboração da Política Estadual de Direitos da População Atingida pelos Eventos Extremos da Crise Climática pelo MAB são os exemplos marcantes. Há, entretanto, outras camadas de operação da política, mais íntimas, que são igualmente importantes. Refiro-me ao processo de visibilização das tarefas de cuidado necessárias para a sustentabilidade da vida (como o preparo dos alimentos) que essas iniciativas escancaram, e a forma como ao debater a divisão social do trabalho de cuidados em uma perspectiva comunitária, essas iniciativas contribuem para a revisão das relações de gênero no seio das famílias de suas integrantes, e também avançam no debate sobre a necessidade urgente de corresponsabilização do cuidado entre famílias, comunidade e, principalmente, o Estado.

Uma quarta dimensão observada aqui apresentamos como imaginária. Ela recupera a tese de Brian Larkin de que as infraestrutura também mobilizam desejos e promessas e a leitura de Federici sobre a política dos comuns como espaços férteis para nutrir a imaginação, como espaços fundamentais para a elaboração simbólica coletiva das “sementes de outro mundo” ou de imaginações socioespaciais que permitem reformular a cidade a partir do cuidado.

Com as mulheres interlocutoras dessa pesquisa, essa dimensão não é menos importante do que as demais. Os profundos traumas causados pelas enchentes, pelo resgate de barco na madrugada, por terem perdido suas casas e, em alguns casos, se verem diante da necessidade de deixar os territórios onde viviam, são elaborados coletivamente no trabalho cotidiano das cozinhas e da organização política por elas fomentada. As mulheres do MAB, ao relatar o recebimento das marmitas, dizem que não recebiam só comida, mas a “sensação de ter alguém cuidando de mim”. As integrantes da periferia Feminista avaliaram, no exercício de mapeamento de seus corpos-territórios, que os principais desafios enfrentados pelos conflitos socioambientais, de gênero e de classe são sentidos na cabeça

(preocupação, dores de cabeça, dificuldade de dormir), assim como são os principais impactos do trabalho na Periferia Feminista (dar risada, pensar no futuro,..).

As duas experiências sustentam a compreensão das cozinhas solidárias como infraestruturas comunitárias de cuidado. Elas garantem materialmente a reprodução da vida, articulam redes preexistentes e produzem novas relações, sujeitos e formas de organização. Ao tornar visível o trabalho de cuidado e convertê-lo em objeto de incidência política, deslocam fronteiras entre público e privado e tensionam a distribuição desigual das responsabilidades pela reprodução social. É justamente na articulação entre as dimensões material, relacional, política e imaginária que as cozinhas solidárias se configuram como infraestruturas comunitárias do cuidado que são espaços de promoção da justiça climática e de gênero.

Essa categoria de infraestrutura comunitária de cuidado permite deslocar a própria compreensão sobre o que constitui uma “infraestrutura” e quais trabalhos, relações e sujeitos são considerados como produtores dos processos de produção e reconstrução dos territórios. As cozinhas solidárias, quando lidas nesta chave, permitem evidenciar que a sustentabilidade da vida em territórios atingidos pelos efeitos devastadores (e desiguais) da crise climática envolve muito mais do que a provisão de bens e serviços. Envolve a construção de redes, a produção de vínculos de escuta e pertencimento, a disputa por direitos, a elaboração coletiva das justiça e injustiças ambientais sob perspectiva interseccional, e a possibilidade de imaginação de outras formas de organização do cuidado, dos territórios e das decisões políticas. Nesse sentido, as infraestruturas comunitárias de cuidado podem ser compreendidas por sua vez denúncia e anúncio: respostas às urgências produzidas pelas múltiplas crises que atingem as populações vulnerabilizadas, questionamento às condições sociais, políticas e econômicas que as tornam populações mais expostas a sofrer os riscos implicados nessas crises, e a construção de outras lógicas de operação da economia e da política que constrói justiça socioambiental a partir da elaboração da redivisão e valorização do trabalho de cuidado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PERGUNTAS ABERTAS PARA O DEBATE

A análise das cozinhas solidárias como infraestruturas comunitárias de cuidado também revela contradições, tensões e ambiguidades. Embora pouco exploradas aqui, essas contradições têm a ver com o tipo de relações, mais ou menos vertical, que se criam entre as participantes e também com

outras organizações parceiras. A relação de mais ou menos tutela entre “lideranças” de movimentos sociais pode ser um obstáculo para a construção de autonomia de outras pessoas implicadas. A falta de formalização das cozinhas solidárias pode deixá-las vulneráveis à dependência de organizações parceiras que acabam sendo intermediadoras insubstituíveis para o acesso a recursos. O trabalho das mulheres nas cozinhas, ainda que executado de forma coletiva, também, em alguma medida, pode estar significando sobrecarga e momentos de cansaço e exaustão. A comunidade, em pese o seu papel fundamental na provisão dos cuidados, também pode encobrir desigualdades de gênero e raça, e não pode ser responsabilizada pela porção de condições de reprodução da vida que deveriam ser garantidas pelo Estado. A questão que se coloca aqui, portanto, é como a categoria de “infraestrutura comunitária de cuidado” pode visibilizar o protagonismo feminino sem reforçar a responsabilização das mulheres pelo cuidado? Que condições políticas permitem que a infraestrutura comunitária seja força motora para a transformação das relações de gênero, e não apenas sua reprodução?

Aqui mencionei que o caso das cozinhas solidárias da RMPA provoca a olhar as experiências para além da dimensão do trabalho de cuidado comunitário. Argumentei também que, numa visão ampla sobre as infraestruturas, devemos nos perguntar quando um arranjo material, relacional ou político pode ser considerado como tal. Que critérios de durabilidade e escala nos permitirão distinguir uma infraestrutura comunitária de uma prática de cuidado? Partimos do entendimento de que o trabalho de cuidados histórica e socialmente sob responsabilidade das mulheres são força fundamental da reprodução da vida, independente do contexto de suposta catástrofe ambiental. Como essa categoria se comporta em um contexto “normal”? Ela é analiticamente útil também para práticas permanentes? A existência da cozinha solidária Periferia Feminista, mesmo dois anos depois da enchente, instiga a dizer que sim, mostrando que os efeitos das crises não são eventos e sim processos complexos e contínuos. O anúncio do novo (e mais forte) El Niño, as notícias infundáveis de enchentes Brasil e mundo afora, também provocam o olhar para pensar se não estamos, de fato, lidando com experiências como essa cotidianamente. O debate latinoamericano também provoca a reconhecer que boa parte dessas desigualdades também já existiam antes da chegada da lama.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. O que é justiça ambiental. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 160 p. ISBN 978-85-7617-159-1.

ARRIAGADA OYARZUN, Evelyn; ZAMBRA ALVAREZ, Antonia. Apuntes iniciales para la construcción de una ecología política feminista de y desde Latinoamérica. *Polis*, Santiago, v. 18, n. 54, p. 14-38, 2019.

BATTHYÁNY, Karina. Las políticas y el cuidado en América Latina: una mirada a las experiencias regionales. Santiago: CEPAL, 2015.

BRASIL DE FATO. Eduardo Leite cortou ou alterou quase 500 pontos do Código Ambiental do RS em 2019. Brasil de Fato, 4 maio 2024.

FAUR, Eleonor. El trabajo de cuidado comunitario: de la invisibilidad al reclamo de derechos. In: BATTHYÁNY, Karina; PINEDA DUQUE, Javier A.; PERROTTA, Valentina (org.). *La sociedad del cuidado y políticas de la vida*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; México: INMUJERES; Ginebra: UNRISD, 2024. p. 93-134.

FEDERICI, Silvia. *Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns*. São Paulo: Elefante, 2022.

FERREIRA, Lina Penati. *Circulando cestas, produzindo a vida: circuito de solidariedade e cuidado coletivo em meio à crise*. [s. d.]. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, [s. d.].

FOURNIER, Marisa. *Taxonomía del trabajo del cuidado comunitario*. Buenos Aires: Oficina de País de la OIT para la Argentina, 2022.

FRAGA, Cecilia. *Los cuidados comunitarios en América Latina y el Caribe: una aproximación a los cuidados en los territorios*. [S. l.]: PNUD, 2022.

G1. Por que sistema contra cheias não funcionou em Porto Alegre. G1, 18 maio 2024.

GUIMARÃES, Nadya Araujo. A “crise do cuidado” e os cuidados na crise: refletindo a partir da experiência brasileira. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, e230050, 2024.

HIRATA, Helena. *Le care, théories et pratiques*. Paris: La Dispute, 2021.

IBGE. *Produção Agrícola Municipal: tabela 1612 – área plantada, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporárias*. Rio de Janeiro: IBGE, [s. d.]. SIDRA, tabela 1612.

LARKIN, Brian. The politics and poetics of infrastructure. *Annual Review of Anthropology*, v. 42, p. 327-343, 2013.

MARCUZZO, Sílvia. Governo do Rio Grande do Sul engavetou planos para lidar com mudanças climáticas. Agência Pública, 28 set. 2023.

MORROW, Oona; PARKER, Brenda. Care, commoning and collectivity: from grand domestic revolution to urban transformation. *Urban Geography*, v. 41, n. 4, p. 607-624, 2020.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB). Atingidos pelas enchentes no RS denunciam a relação direta da crise climática com a expansão do agronegócio. MAB, 10 jun. 2026.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Núcleo Porto Alegre analisa os impactos das enchentes na população pobre e negra do Rio Grande do Sul. Observatório das Metrópoles, 23 maio 2024.

RAZAVI, Sara. The political and social economy of care in a development context: conceptual issues, research questions, and policy options. Geneva: UNRISD, 2007.

RIBEIRO, A.; HERRMANN, P.; STRACK, C.; EVERS, H.; CACCIA, L.; LINDAU, L. A. Entendendo a construção do risco: causas raiz do desastre climático de 2024 no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: WRI Brasil, 2025. Texto para discussão.

RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, Corina. Economía feminista y economía del cuidado: aportes conceptuales para el estudio de la desigualdad. Nueva Sociedad, n. 256, p. 30-44, 2015.

ROIG, Anaïs. Enlazar cuidados en tiempos de pandemia: organizar vida en barrios populares del AMBA. Documentos de Proyectos, n. 46779. [S. l.]: Naciones Unidas, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2020.

ROLNIK, Raquel. Os desafios da reconstrução das cidades do Rio Grande do Sul. LabCidade, São Paulo, 20 maio 2024.

SIMONE, AbdouMalik. People as infrastructure: intersecting fragments in Johannesburg. Public Culture, v. 16, n. 3, p. 407-429, 2004.

STAR, Susan Leigh. The ethnography of infrastructure. American Behavioral Scientist, v. 43, n. 3, p. 377-391, 1999.

SVAMPA, Maristella. As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. Tradução de Lúcia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA

Os dados de pesquisa estão contidos no próprio manuscrito

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com financiamento do programa *Make Our Planet Great Again* (MOPGA).

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

A autora declara não haver conflitos de interesse.

MINIBIOGRAFIAS DA AUTORA

Doutora em sociologia pela Universidade estadual de Campinas (UNICAMP) e pela Universidade de Paris-Cité. Desenvolve pesquisas nos campos da economia solidária, economia feminista, estudos do cuidado e justiça socioambiental.

DECLARAÇÃO DO USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A ferramenta de inteligência artificial ChatGPT foi utilizada para auxiliar na revisão técnico-gramatical do texto e normalização de referências

DECLARAÇÃO DE ASPECTOS ÉTICOS

O protocolo desta pesquisa não foi submetido a um Comitê de Ética em Pesquisa formal, uma vez que a instituição onde o estudo foi realizado não possui tal instância. No entanto, todos os preceitos éticos fundamentais foram rigorosamente observados durante a realização da observação participante e dos grupos focais. Os participantes foram previamente informados sobre os objetivos da pesquisa, garantindo-lhes o caráter voluntário da adesão e o direito de interrupção a qualquer momento.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.